

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUSEU FLORESTAL OCTÁVIO VECCHI, SÃO PAULO, SP¹

ENVIRONMENTAL EDUCATION AT THE OCTÁVIO VECCHI FLORESTAL MUSEUM, SÃO PAULO, SP¹

Simone Cristina da Silva DI PIETRO²; Maria Luísa Bonazzi PALMIERI^{3,5}; Natália Ferreira de ALMEIDA⁴

RESUMO - Considerando o potencial dos museus em geral e, em especial, dos museus de ciência, como espaços de educação ambiental, é importante discutir se as finalidades institucionais e as práticas educativas realizadas nesses espaços contemplam a dimensão da educação ambiental. Nesse sentido, o presente artigo tem o objetivo de caracterizar e analisar as finalidades institucionais e as práticas do Museu Florestal Octávio Vecchi e, a partir dessas análises, elaborar uma proposta de aspectos teóricos e práticos a serem considerados no desenvolvimento da educação ambiental no referido museu, localizado no Parque Estadual Alberto Löfgren, em São Paulo – SP. Foi realizada a análise documental das fontes primárias do acervo da Biblioteca do antigo Instituto Florestal e do acervo Museu Florestal Octávio Vecchi e realizada a observação de práticas educativas desenvolvidas no museu. Constatou-se que sempre houve uma preocupação com o patrimônio natural, em atividades com a comunidade local, no reforço na identidade local e como instituição. Nas visitas observadas foram identificadas práticas de educação ambiental nas suas macrotendências pragmática e conservacionista, enfatizando a preservação das florestas e a reciclagem. Destacou-se, pois, a importância de uma equipe fixa no serviço educativo, de maior integração entre as equipes de mediação do Museu Florestal e do parque no qual está inserido e de ampliação das parcerias para um trabalho de educação ambiental em uma perspectiva crítica

Palavras-chave: Práticas educativas; Meio ambiente; Educação museal.

ABSTRACT - Considering the potential of museums in general, and especially science museums, as spaces for environmental education, it is important to discuss whether the institutional purposes and educational practices carried out in these spaces encompass the dimension of environmental education. In this sense, the present article aims to characterize and analyze the institutional purposes and practices of the Octávio Vecchi Forest Museum, and based on these analyses, formulate a proposal for theoretical and practical aspects to be considered in an environmental education program at the mentioned museum, located in the Alberto Löfgren State Park in São Paulo, Brazil. A documentary analysis of primary sources from the Library of the former Forest Institute and the Octávio Vecchi Forest Museum collection was conducted, along with the observation of educational practices developed in the museum. It was found that there has always been a concern for natural heritage in activities with the local community, reinforcement of local identity, and as an institution. Environmental education practices were identified in the observed visits, emphasizing pragmatic and conservationist macro-trends, with a focus on forest preservation and recycling. The importance of a dedicated team in the educational service, greater integration between the monitoring teams of the Forest Museum and the park in which it is located, and expanding partnerships for environmental education work from a critical perspective were highlighted.

Keywords: Educational practices; Environment; Museum education.

¹ Recebido para análise em 16.02.2024. Aceito para publicação em 21.06.2024. Publicado em 01.07.2024.

² Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), Estrada do Caminho Velho, 333, 07252-312, Jardim Nova Cidade, Guarulhos, SP, Brasil

³ Instituto de Pesquisas Ambientais, Estação Experimental de Tupi, Caixa Postal 339, 13400-970, Piracicaba, SP, Brasil.

⁴ Instituto de Pesquisas Ambientais, Unidade Horto Florestal, Av. Luis Carlos Gentile de Laet, 553, 02378-000, São Paulo, SP, Brasil.

⁵ Autora para correspondência: Maria Luísa Bonazzi Palmieri – malu.palmieri.ipa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito social previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988) e fundamental para o exercício da cidadania, o qual abrange os processos educativos desenvolvidos nas escolas, famílias, movimentos sociais, manifestações culturais, entre outros espaços (Brasil, 1996).

Tais processos compreendem três modalidades educativas: a formal, a não formal e a informal. Enquanto a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, a não formal consiste em processos interativos com intencionalidade educativa que ocorrem em locais informais, fora das escolas. Já a educação informal não é intencional, ocorre nos processos de socialização em ambientes espontâneos, ou seja, em espaços de vivência cotidiana (Gohn, 2006). A complementaridade e a integração entre a educação formal e não formal podem enriquecer o processo educativo e reforçar modos alternativos de aprendizagem (Gadotti, 2005).

Nesse contexto, diversos trabalhos discutem o papel educativo das visitas a espaços não formais, inclusive museus (Marandino, 2005). Os museus são instituições que têm como uma das suas missões a educação em relação a conjuntos e coleções com valor cultural, bem como a conservação, pesquisa e o desenvolvimento de atividades de contemplação e turismo nesses locais. Dentre os seus princípios encontram-se o acesso universal, a promoção da cidadania e a conservação do patrimônio cultural e ambiental (Brasil, 2009).

O documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO intitulado “Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, suas Diversidades e seu papel na Sociedade” (UNESCO, 2015) destaca a educação como uma função primária dos museus e a possibilidade de que os programas educacionais e pedagógicos desenvolvidos por tais instituições promovam a formação cidadã, a consciência sobre o valor da preservação do patrimônio e reflexões sobre temas sociais.

A Política Nacional de Educação Museal – PNEM (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM, 2021) apresenta a educação como uma das funções dos museus, consistindo em um processo multidimensional que envolve teoria, prática e planejamento, em um diálogo entre o museu e a sociedade. Para isso, o documento determina que cada instituição museológica tenha um departamento para desenvolver a educação museal, com uma equipe qualificada e multidisciplinar, dotação orçamentária e

participação nas esferas decisórias do museu. Também é obrigatório um Programa Educativo e Cultural, em consonância com o Plano Museológico (IBRAM, 2021).

Segundo Possamai e Faria (2020), a educação museal conceituada na referida política substitui o termo “educação em museus”, podendo abranger maior diversidade de instituições, e diferencia-se da educação patrimonial por abarcar diferentes possibilidades metodológicas e questões como a acessibilidade plena. As autoras também destacam o caráter participativo de construção dessa política, com o envolvimento de educadores atuantes em museus.

Considerando esse papel educativo dos museus, Vasconcellos e Guimarães (2006) defendem a importância da colaboração entre os museus e as escolas em relações de complementaridade entre as duas instituições, maximizando suas potencialidades e desenvolvendo processos educativos que não se limitem ao tempo de visita no museu, mas incluam atividades antes e depois da visita, as quais contribuam para a educação científica e ambiental.

Nesse sentido, Lonkhuijzen et al. (2022) enfatizam que, à medida que os museus deixam de ser apenas espaços de memória elitizados e manifestação do poder colonial, voltados somente à contemplação de objetos, e tornam-se acessíveis e propícios a questionamentos referentes à transformação social, passam a ser locais favoráveis para o desenvolvimento de uma educação ambiental crítica e transformadora.

Sobre a contribuição dos museus para a educação ambiental, Studart (2014) afirma que estes são espaços privilegiados para a discussão sobre os problemas ambientais atuais e valorização do patrimônio natural do Brasil. De acordo com os dados de 2009 do Cadastro Nacional de Museus, foram identificadas, no Brasil, trinta e seis instituições museológicas com aspectos relacionados à questão ambiental expressamente previstos na sua missão, sendo dezoito públicas e dezoito privadas.

Dentre essas instituições estão os museus de ciência, os quais ganharam destaque no século XX, em um processo de democratização dos museus e fortalecimento da divulgação científica no Brasil. Esses espaços desempenham um importante papel educacional, principalmente por meio das visitas orientadas, as quais são fundamentadas em diferentes concepções pedagógicas (Marandino, 2005; Marandino e Ianelli, 2012).

A integração entre a educação em ciências e a educação ambiental é defendida por Vasconcelos e Guimarães (2006), que afirmam que, para o

enfrentamento dos problemas ambientais, é fundamental a construção de uma ciência e uma cultura comprometidas com um novo modelo de sociedade.

No Brasil, a definição de educação ambiental foi estabelecida na Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que a compreende como processos de construção de conhecimentos, valores, atitudes, habilidades e competências relacionados à conservação ambiental (Brasil, 1999). Apesar da existência de uma definição legal, fundamental para nortear as políticas públicas, há diversas abordagens de educação ambiental, as quais foram classificadas por Layrargues e Lima (2014) em três macrotendências: a conservacionista, a pragmática e a crítica.

De acordo com os autores, a macrotendência conservacionista abarca representações conservadoras da educação e da sociedade, foca nos aspectos ecológicos e desconsidera a estrutura social em sua totalidade e complexidade, inclusive suas bases econômicas e políticas. A macrotendência pragmática, assim como a conservacionista, é pautada por um viés comportamentalista e individualista e também omite os processos de desigualdade e justiça social, diferenciando-se da primeira por abarcar aspectos contemporâneos do contexto social, econômico e tecnológico. A macrotendência crítica, por sua vez, possui caráter sociológico e político, abrangendo a cidadania, participação, democracia, emancipação, cultura, justiça ambiental, conflito e transformação social, contemplando, assim, a complexidade das questões socioambientais e superando dualismos como indivíduo e sociedade, esferas pública e privada (Layrargues e Lima, 2014).

Segundo Lima et al. (2022), a educação ambiental crítica torna-se ainda mais importante em um cenário caracterizado por um modelo econômico dependente da exploração crescente de recursos naturais e caracterizado pela desigualdade social, por uma história escravagista, extrativista e colonial, pela necessidade de defesa contínua da democracia e pelo processo de precarização cada vez maior do trabalho.

Diante do potencial dos museus em geral e, em especial, dos museus de ciência, como espaços de educação ambiental, é importante analisar se as finalidades institucionais e as práticas educativas realizadas nesses espaços contemplam a dimensão da educação ambiental. Compreende-se que, a partir da caracterização da atuação educativa dos museus de ciência, será possível estabelecer contribuições

teóricas e práticas para programas de educação ambiental para essas instituições, especialmente em uma vertente crítica. Nesse sentido, o presente artigo trata da realização de uma pesquisa sobre o tema no Museu Florestal Octávio Vecchi, localizado no Parque Estadual Alberto Löfgren (PEAL), em São Paulo – SP.

Considerando o disposto no Plano de Manejo do PEAL, é possível observar que, desde a sua fundação, o referido museu buscou abranger três importantes finalidades: educativa, científica e artística. Assim, tem como uma das suas principais propostas, desde a sua concepção, a produção e divulgação científica sobre a flora e fauna paulista e desenvolve diversas atividades culturais e educativas (São Paulo, 2010). Contudo, não há um programa educativo estabelecido formalmente, nem mesmo uma caracterização dessas práticas, o que dificulta uma avaliação crítica e o diagnóstico das potencialidades de processos educativos que podem ser incentivados, ampliados e implantados.

O presente artigo busca suprir essa lacuna, contribuindo para a construção de conhecimentos na intersecção dos campos da educação ambiental e da educação museal, bem como para o aprimoramento do papel educativo deste museu, colaborando com elementos teóricos e práticos para a estruturação de um programa educativo que contemple a educação ambiental no mesmo, baseado em uma perspectiva crítica. Nesse contexto, a questão de pesquisa norteadora da investigação é a seguinte: considerando as finalidades institucionais e práticas educativas desenvolvidas no Museu Florestal Octávio Vecchi, quais os aspectos teóricos e práticos relevantes para subsidiar o desenvolvimento da educação ambiental neste museu?

A partir dessa questão de pesquisa, esta investigação tem os seguintes objetivos: 1) Caracterizar e analisar as finalidades institucionais e as práticas educativas realizadas no Museu Florestal Octávio Vecchi; 2) A partir da análise das finalidades institucionais e das práticas educativas, elaborar uma proposta de aspectos teóricos e práticos a serem considerados para o desenvolvimento da educação ambiental no referido museu.

Assim, compreende-se que esta pesquisa poderá contribuir para a construção de conhecimentos e práticas na intersecção entre a educação ambiental e a museal não apenas no referido museu, mas também em outras instituições culturais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O Museu Florestal Octávio Vecchi, inaugurado em setembro de 1931, está localizado na área de uso público do Parque Estadual Alberto Löfgren - PEAL (antigo Horto Florestal), na zona norte do Município de São Paulo, conforme Figura 1.

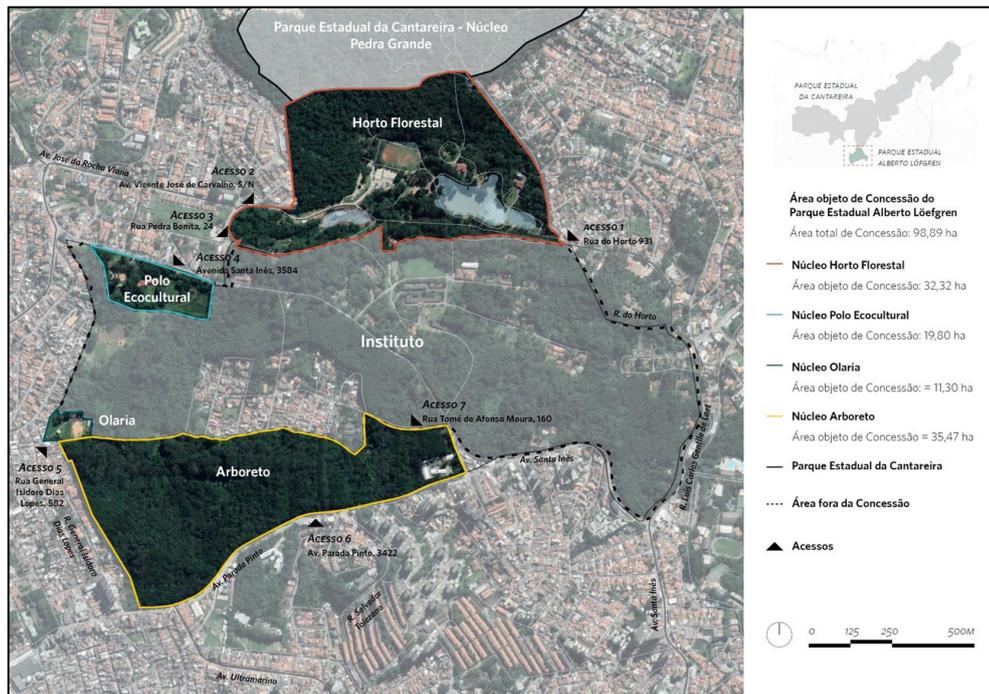


Figura 1. Delimitação do Parque Estadual Alberto Löfgren. (SÃO PAULO, 2021) com sinalização com ícone em vermelho da localização do Museu Florestal Octávio Vecchi.

Figure 1. Delimitation of the Alberto Löfgren State Park. (SÃO PAULO, 2021) With signage with a red icon showing the location of the Octávio Vecchi Forestry Museum.

Tal Museu é considerado um museu de ciência, sendo que além de suas ações estarem ancoradas nas típicas funções museológicas de preservação, pesquisa e comunicação, busca transmitir informações voltadas à conscientização de seus visitantes (Priedols, 2011).

Trata-se de um espaço de divulgação de conhecimentos relacionados à Arte, História, Meio Ambiente e sua preservação, além de guardar um pouco da história institucional do próprio Instituto Florestal (antigo Serviço Florestal), órgão de pesquisa e conservação ambiental do Estado de São Paulo que sucedeu o Serviço Florestal do Estado e historicamente responsável pela gestão do Museu. A Lei Estadual nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, em seu artigo nº 64 extinguiu o Instituto Florestal (São Paulo, 2020), transferiu parte de suas atribuições à Fundação Florestal e as atribuições de pesquisa e gestão de acervos técnico-científicos, incluindo o Museu, foram assumidas por uma nova unidade administrativa denominada Instituto de Pesquisas Ambientais, da então Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (São Paulo, 2021), que incorporou também os Institutos Botânico e Geológico (Decreto Estadual nº 65.796, de 16 de junho de 2021). Além disso, o PEAL é uma das áreas protegidas previstas na Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016 para concessão à iniciativa privada (São Paulo, 2016), sendo que o Museu está no bojo

dessa proposta e atualmente é administrado pela Urbia Gestão de Parques (Urbia, 2024).

A pesquisa realizada no referido museu teve caráter qualitativo, de modo que o ambiente natural foi uma fonte direta de dados, os quais foram predominantemente descritivos, e o foco foi maior no processo do que no produto (Lüdke; André, 1986).

Realizou-se, entre 2019 e 2020, a análise documental das fontes primárias do acervo da Biblioteca do Instituto Florestal e do acervo Museu Florestal Octávio Vecchi (relatórios anuais e artigos escritos pelos seus diretores e responsáveis técnicos, relatórios de atividades e de eventos), com foco nas finalidades institucionais e nas práticas educativas realizadas ao longo da história no Museu Florestal Octávio Vecchi. Fez-se a prospecção da documentação, uma triagem detalhada e um quadro com a relação dos setenta e cinco documentos que foram obtidos. Posteriormente, foram selecionados os relatórios mais completos referentes a cada momento histórico, totalizando vinte e seis documentos, que foram analisados na íntegra. Para a citação dos relatórios analisados, utilizou-se Rx, sendo “x” o ano ao qual o relatório se refere (Ex: R1954 = Relatório do ano de 1954, R2019 = Relatório do ano de 2019), conforme descrito no Apêndice. Essa análise documental permitiu o levantamento parcial da história do museu com

enfoque em sua atuação educativa, de modo que foram selecionados todos os trechos que remetiam a questões educativas.

Nesses relatórios, porém, não foram encontradas descrições detalhadas das práticas pedagógicas utilizadas, de modo que se identificou a necessidade de realizar a observação de visitas para complementar as análises. Para isso, utilizou-se a observação como método de coleta de dados, optando-se por revelar seus objetivos e identidade ao grupo, sendo “observador como participante”, conforme proposto por Lüdke e André (1986).

Assim, foi realizada a observação de práticas educativas desenvolvidas no museu, com registro das informações em um diário de campo. A primeira visita observada ocorreu no dia 21 de setembro de 2019, em um sábado durante a programação da Festa das Árvores, e a outra foi realizada no dia 6 de novembro de 2019, uma quarta-feira, dia este escolhido aleatoriamente.

A discussão dos dados foi realizada a partir dos referenciais sobre educação museal e educação ambiental.

O projeto de pesquisa foi aprovado pela Comissão Técnico-Científica (COTEC) do então Instituto Florestal por meio da Carta COTEC nº 318/2019 D26/2019 PH. No processo de análise da COTEC, também são consideradas as questões éticas e o projeto é encaminhado para as áreas protegidas envolvidas para autorização quanto à coleta de dados (neste caso, por meio de observações). A pesquisa só é autorizada se todos manifestarem formalmente sua concordância. Por questões éticas, os nomes dos participantes da pesquisa foram omitidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Quadro 1, é apresentada a relação das fontes primárias localizadas (75 fontes) e, dentre elas, as que forneceram subsídios sobre as práticas educativas no museu (26 fontes), analisadas na íntegra.

Nos primeiros anos de funcionamento do museu, a maior parte dos visitantes procurava a instituição para buscar informações sobre a questão florestal, a silvicultura e os tipos de madeira. Na década de 1930, eram oferecidas aulas de botânica para as escolas. A partir de 1932, foi criada a Seção Técnica do Instituto Florestal, sob chefia de Mansueto Koscinski, sediada do Museu e subdividida em subseções que eram criadas de acordo com a especificidade dos serviços desenvolvidos, dentre elas uma com o museu, uma referente à fotografia e

outra ao cinema, sendo que as mesmas também possuíam fins didáticos (R1938, R1939).

Na década de 1940, a exibição de filmes educativos e de fotografias de plantas complementavam as atividades oferecidas aos visitantes, sendo o museu um espaço frequentado por públicos variados, como turistas nacionais e estrangeiros, comerciantes, lavradores e grupos de todos os níveis escolares. As fotografias serviam como apoio para as demonstrações práticas no campo e eram utilizadas em exposições. Os filmes exibidos eram sobre temas relacionados ao meio ambiente, botânica, silvicultura, geografia, agricultura e pecuária. Neste período, havia palestras sobre botânica, reflorestamento, tipos de sementes, economia florestal e indústria de celulose. Segundo os documentos analisados, a intenção do museu era a colaboração com as demais atividades do Serviço Florestal, bem como a conscientização e o estudo sobre a questão florestal (R1940, R1944); não era mencionado o termo “educação ambiental”, o qual foi difundido apenas na década de 1970.

Nos anos de 1950, em virtude do falecimento de Mansueto Koscinski, o Museu passou a ser coordenado por D. Bento José Pickel. De acordo com os relatórios analisados, houve aumento nas visitas escolares. As atividades educacionais consistiam em exposições, amostras de filmes com temas relacionados às florestas e à botânica, e terminavam com um passeio na Serra da Cantareira.

Sob coordenação de Pickel, observa-se que o museu obteve uma maior visibilidade por conta das conferências, as quais se estenderam pela década de 1960, sob coordenação de Armando Ventura. Nessa época, os eventos com debates sobre silvicultura, madeira e botânica cresceram. Foram realizadas também pesquisas e seminários no museu, com o propósito de divulgação do mesmo (R1957, R1960, R1964, R1965, R1966, R1967, R1968).

Os documentos das décadas de 1970 e 1980 encontravam-se em processo de catalogação no momento da coleta de dados, e, portanto, indisponíveis para consulta.

No ano de 1990, o museu passou por uma reforma promovida pelos próprios funcionários, sendo que no relatório consta que a instituição apresentava dificuldades em contratar estagiários. Nessa época, foi realizado o projeto “Museu Florestal Vai às Escolas”, mas no relatório não há informações mais detalhadas sobre essa iniciativa. Consta apenas que o projeto consistia em divulgar

as atividades do museu através de sementes e objetos de madeiras que eram levados às escolas (R1990, R1991).

No relatório R1990 também é citado o planejamento das seguintes atividades: 1) Estudo do perfil dos visitantes do museu; 2) Ampliação das salas para apresentação das sessões de vídeos educativos e cursos; 3) Criação e montagem de exposições itinerantes com as réplicas de peças do museu, fotos, painéis e textos; 4) Estudos constantes e diversos, por exemplo, sobre a demanda de visitantes; 5) Criação da Sociedade dos Amigos do Museu Florestal; 6) Continuidade e desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental, em um Convênio com a WWF - Fundo Mundial para a Natureza no Brasil (não consta no relatório mais informações sobre essa iniciativa); e 7) Cronograma de eventos fixos (semana da árvore, semana do meio ambiente, semana da criança, comemoração da criação do museu). Não foi possível localizar, contudo, fontes que permitam afirmar se essas atividades foram executadas.

Segundo Priedols (2011), na década de 1990 ocorreram algumas exposições relacionadas a temas ambientais e foi proposto o “Projeto de Educação Ambiental - Museu Florestal Octávio Vecchi - Um instrumento para vivência ambiental”, que tinha como objetivo a sensibilização dos visitantes quanto à depredação do museu e entorno que ocorria por meio de pichações, quebra de vitrais e deposição irregular de resíduos. De acordo com a autora, não há informações sobre sua implementação e em 1996 o museu foi fechado para reforma e reabriu apenas em 2000 com uma nova equipe administrativa.

Priedols (2011) relata que em 2006 foi realizada uma pesquisa sobre as iniciativas de educação ambiental desenvolvidas no museu e elaboração de ações nesse sentido com estudantes de ensino fundamental e médio da rede municipal de São Paulo, abordando biomas, reciclagem, conservação e preservação ambiental por meio de palestras, exibição de vídeo e visita mediada ao museu. Ainda segundo a autora, por volta do ano 2010 a equipe do museu elaborou e distribuiu às escolas uma cartilha ilustrada sobre a importância das florestas, mas a atividade foi interrompida por falta de funcionários que pudessem se dedicar à atividade (Priedols, 2011).

No R2019 observa-se que houve um planejamento das atividades voltadas para o público escolar, com destaque para os seguintes aspectos: 1)

Busca por conciliar a imagem do museu como um ambiente educativo tendo como propósito sua ligação com a educação ambiental; 2) Criação de materiais pedagógicos (madeiras e sementes); 3) Divulgação das atividades realizadas pelo museu; 4) Organização das visitas escolares de acordo com a idade, com atividades adaptadas a cada uma delas. Consta ainda, no relatório deste período, que há deficiência na divulgação das atividades do museu e uma demanda por um programa de educação ambiental.

Assim, os documentos analisados apresentam indícios sobre atividades educativas realizadas ao longo da história, inclusive relativas à educação ambiental, mas não há detalhes sobre essas ações, os materiais educativos citados não estão disponíveis para consulta e não há elementos para uma análise aprofundada sobre o tema.

Complementando a análise dos documentos, a fim de caracterizar as práticas educativas em desenvolvimento na época da pesquisa, foi realizada a observação de duas visitas.

A visita 1 ocorreu durante a Semana da Árvore e previamente agendada. Foi realizada em quatro etapas, as quais são abordadas a seguir: 1) Oficina de Reciclagem e colagem: houve uma interação entre os educadores e as crianças nessa etapa, pois no processo de colagem todos cooperaram para montar os enfeites nos papéis reciclados; 2) Contação de história: ocorreu um contato maior entre as crianças e a educadora, percebeu-se uma concentração das crianças durante a contação da história e houve perguntas dos estudantes no final (Figura 1); 3) Caminhada no Parque e apresentação do personagem Curupira: nessa etapa verificou-se uma dispersão por parte das crianças, as quais estavam em uma área aberta com muitos elementos que despertavam o seu interesse, contudo, elas prestaram atenção e demonstraram entusiasmo quando foi feito o juramento ao Curupira; 4) Despedida no parque e distribuição de revistas e doces: a equipe do museu respondeu dúvidas dos professores com relação às visitas, funcionamento e eventos que acontecem tanto no parque quanto no museu. Demonstrou-se, de certa forma, um interesse em retornar ao local.

Na visita 1 observou-se que houve dinâmicas que despertaram a curiosidade das crianças, sendo que o processo de reciclagem, a contação de história e o juramento com o personagem Curupira foram utilizados para a abordagem de educação ambiental.

Já a visita 2 foi de uma escola que visitava o PEAL e demonstrou interesse em visitar o museu naquele momento, sem prévio agendamento. Nessa ocasião, as atividades ocorreram da seguinte forma: 1) Etapa inicial: na entrada do museu, os mediadores explicaram sobre a importância da preservação do piso original feito de madeira, que consiste no motivo de retirar os calçados; 2) História do museu: houve uma tentativa de contar a história do museu, mas esta não foi concluída devido à dispersão das crianças; 3) Contato com o acervo (Figura 2): Na apresentação dos objetos, os estudantes mostraram-se curiosos quanto aos

materiais expostos na mesa de curiosidades e também aos tipos de sementes; e 4) Etapa final: na despedida dos alunos, não houve uma conclusão do que foi apresentado nem um diálogo sobre o que foi aprendido, devido ao curto tempo.

Assim, pelo fato de ter sido uma visita não agendada e contar com pouco tempo disponível, os mediadores não tiveram a oportunidade de seguir as rotinas de mediação, de modo que se optou por uma apresentação breve e convite dirigido aos educadores para que fizessem uma visita agendada. A professora, por sua vez, mostrava-se preocupada com o horário.



Figura 1. Foto da contação de história, realizada na visita ao Museu Florestal Octávio Vecchi no dia 21 de setembro de 2019. Fonte: As autoras.

Figure 1. Photo of the story telling, carried out during the visit to the Octávio Vecchi Forestry Museum on September 21, 2019. Source: The authors.



Figura 2. Foto de parte do acervo do Museu Florestal Octávio Vecchi. Fonte: As autoras.

Figure 2. Photo of part of the collection of the Octávio Vecchi Forestry Museum. Source: The authors.

Considerando os estudos de Delicado (2004) e Marandino (2005) sobre educação em museus de ciências, que destacam a importância da identidade do local e institucional, da preservação do patrimônio e de tornar as pessoas cientes do seu próprio patrimônio, e a “Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, suas Diversidades e seu papel na Sociedade” (Unesco, 2015), que defende a importância de demonstrar o valor patrimonial e cultural dos museus, é possível constatar que essas questões estiveram presentes em ambas as visitas, embora de modo superficial.

Na visita 1, na atividade da caminhada em busca do personagem Curupira destacou-se o valor patrimonial e cultural, à medida que foi trabalhada a representação simbólica do personagem folclórico e sua ligação com a questão ambiental. Neste caso, observa-se que foi trabalhado o patrimônio imaterial (o personagem curupira), material (a estátua em si) e natural (o parque, as árvores ao redor e o museu).

Com relação à visita 2, foi observado um esforço por parte dos mediadores em apresentar a identidade e a história do museu. Além disso, durante o percurso entre as coleções de besouros, a mesa de sementes e as amostras dos entalhes de madeira, a mediadora tentou explicar sobre a importância e diversidade das sementes e das árvores. As atividades pedagógicas não foram aprofundadas por conta do curto tempo.

Assim, a análise das duas visitas mostra a importância do planejamento das atividades pois observou-se uma melhor qualidade da atividade educativa na visita 1 relativamente à visita 2. Por outro lado, evidenciou-se o acolhimento da escola pela equipe do museu, mesmo sem agendamento (visita 2), o que é um aspecto positivo a ser destacado,

Considerando as macro-tendências da educação ambiental descritas por Layrargues e Lima (2014), na visita 1 a atividade que envolveu a reciclagem do papel pareceu aproximar-se da macro-tendência pragmática, voltada à ação, sem um aprofundamento sobre os impactos ambientais, a questão dos resíduos, sociedade de consumo e demais temas envolvidos. Nas outras atividades daquela visita, foi identificada uma aproximação com a macro-tendência conservacionista, com ênfase na preservação das árvores, sem considerar as causas dos problemas ambientais e os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais relacionados ao tema. Essa abordagem conservacionista em museus também é apontada por Rodriguez e Campos (2022), que estudaram a educação ambiental em museus de história natural.

Um ponto interessante foi o uso da arte no trabalho educativo com fantoches, pintura com lápis

de cor e trabalho manual com as folhas de papel reciclado feitas pelos alunos. Destaca-se, ainda, a interação das crianças com o personagem Curupira, valorizando o folclore e a cultura brasileira. A participação do artista, autor da escultura, também foi interessante, pois as crianças puderam ter mais informações sobre a escultura e as relações entre o artista e sua obra.

Na visita 2, o pouco tempo disponível e o fato de não ter sido agendada foram fatores que prejudicaram a abordagem educativa. Observou-se, pois, uma falha na comunicação da equipe do parque com a equipe do museu.

A importância da participação ativa dos visitantes nas visitas a espaços não formais vem sendo apontada em diversas pesquisas. Nesse sentido, Palmieri e Massabni (2020), em pesquisa sobre visitas escolares em áreas protegidas, defendem a importância de se valorizar metodologias ativas, que envolvam os estudantes e professores na construção do conhecimento, de modo que estes não sejam apenas receptores de informações. Com isso, recomendam a utilização de atividades que valorizem as características únicas daquele espaço educativo, ao invés de se reproduzir aquelas que poderiam ser realizadas em qualquer outro local, como palestras, por exemplo.

Com tal abordagem, pode-se também promover a divulgação científica e a reflexão sobre desmatamento, meio ambiente, arte e cultura dos povos tradicionais, inclusive dialogando sobre os nomes científicos e os nomes de origem indígena das árvores cujas madeiras estão presentes no acervo.

Além disso, no museu, torna-se fundamental uma abordagem interdisciplinar da educação ambiental, que valorize o diálogo de saberes, promova a reflexão sobre o paradigma da sociedade contemporânea, o modelo de desenvolvimento, a visão de mundo dominante e a injustiça ambiental, compreendendo as questões ambientais em seus contextos histórico, social, cultural e político (Meyer; Meyer, 2014).

É fundamental a valorização da curiosidade e a ludicidade, integrando educação e entretenimento na construção de valores e de uma visão crítica, investigativa e de atuação frente às questões socioambientais, aspectos destacados por Vasconcelos e Guimarães (2006).

Na primeira visita observada na presente pesquisa, foram utilizados os objetos do acervo do museu para dialogar sobre a preservação do patrimônio e durante a caminhada os mediadores conversavam com as crianças para mostrarem as árvores, sendo que a contação de história também foi um momento importante para explicar sobre

patrimônio ambiental. Já na segunda visita a falta de prévio agendamento e o tempo escasso dificultaram o trabalho educativo.

Esses resultados demonstram a importância de desenvolver recursos e estratégias pedagógicas participativas, lúdicas, adaptadas a cada público e de curta duração para o atendimento de visitas espontâneas, não agendadas, aspecto que deve ser considerado em um programa de educação ambiental no museu.

Outra questão observada nas visitas e importante no programa a ser criado é fortalecer a exploração do ambiente do museu com recursos sensoriais (táteis, olfativos, etc.) e atividades artísticas (teatro, fantoches, pinturas, etc.) para abordar temas relacionados à educação ambiental, valorizando-se a contação de histórias, oficinas com reciclagem de papel e outras atividades que estabeleçam a relação entre a arte e a educação.

Contatou-se também a importância da contratação de profissionais e estagiários de diferentes áreas para a formação, conforme previsto na PNEM, de um núcleo educativo dedicado integralmente ao planejamento, execução e avaliação do Programa Educativo e Cultural, que deve ser elaborado em consonância ao Plano Museológico, incluindo-se as rotinas de comunicação com o público, estratégias para atendimento das visitas espontâneas e agendadas.

As dificuldades quanto à falta de equipe para trabalhos de educação ambiental em áreas protegidas também são discutidas por Toledo e Pelicone (2006). Sobre as formações dessas equipes, Rodriguez e Campos (2022) defendem a importância que estas sejam interdisciplinares, valorizando inclusive questões museológicas e de comunicação.

Para desenvolver as práticas educativas do museu tanto no âmbito museológico em geral, bem como de educação museal e ambiental em específico, enfatiza-se a importância de um planejamento com a equipe, sendo que esta deverá desenvolver propostas pedagógicas específicas para diferentes públicos, aplicar estratégias para agendamentos e avulsos, e formar parcerias com outras instituições, comunidade local e escola para a formação de profissionais para atuarem no referido museu em atividades relacionadas à educação ambiental, para que seja possível atender às disposições do Estatuto de Museus e das Políticas Nacional de Educação Ambiental e de Educação Museal. Nesse sentido, a elaboração de um Programa Educativo e Cultural comprometido com a educação ambiental crítica e em consonância com o Plano Museológico tem um papel central.

Além disso, é fundamental que as equipes de monitoria do PEAL e do Museu Florestal estabeleçam um planejamento conjunto de suas atividades, rotinas de colaboração e atendimento integrado, bem como ações educativas mais amplas para que as visitas sejam parte de processos educativos consolidados. Percebeu-se, ainda, que ao longo dos anos em diferentes coordenações do museu que houve uma preocupação em desenvolver atividades que promovam a educação ambiental, de modo que nos documentos sempre se enfatizava a necessidade de contratação de estagiários e funcionários em diferentes áreas, de modo a promover melhoria na área didática e no atendimento ao público.

Em estudo sobre visitas escolares em áreas protegidas, Palmieri e Massabni (2020) propõem, aspectos pedagógicos para potencializar as contribuições de tais visitas às escolas que também poderiam ser aplicados à educação ambiental do referido museu. Um exemplo é a abordagem contextualizada e crítica do papel do local, de modo que seria importante trabalhar essa importância do museu, abordando questões históricas e promovendo reflexões sobre questões socioambientais. Outro aspecto é a participação ativa de professores e estudantes, de modo que poderiam ser construídas propostas pedagógicas com metodologias ativas, não com foco na explicação sobre o museu, mas na construção conjunta de conhecimentos. Também o uso da ludicidade e de uma postura investigativa são recomendados pelas autoras e poderiam contribuir no programa do Museu Florestal.

Além disso, Palmieri e Massabni (2020) defendem a importância de estratégias para envolver professores em todo o processo de planejamento, realização e avaliação das visitas, as quais sejam integradas a processos educativos mais amplos. Como destacado nas observações realizadas, o tempo curto de visita é um grande dificultador para um trabalho educativo mais efetivo, de modo que ações formativas com os professores poderiam ser importantes para que o trabalho educativo da visita fosse complementado com ações antes e após a mesma, de modo a propiciar reflexões mais profundas e ter um papel educativo mais efetivo.

Outro aspecto a ser considerado é que o programa educativo do Museu Florestal atenda aos princípios de acessibilidade universal, considerando a parceria com instituições que possam colaborar e oferecer serviços específicos, como a elaboração de comunicação em braile, profissionais fluentes em libras, modelos ou recursos audiovisuais etc., além da incorporação de pessoas com deficiência na

equipe, conforme consta nas diretrizes do Estatuto de Museus.

A parceria e a comunicação entre as equipes do Museu e da Gestão do PEAL também tem grande relevância no processo, favorecendo o desenvolvimento integrado de atividades em toda área do PEAL e a elaboração conjunta de um cronograma de atividades com as escolas e demais instituições do entorno junto à comunidade local. Com a concessão à iniciativa privada da área de uso público do PEAL, incluindo o Museu, é necessário analisar se tal integração foi facilitada, podendo este tema ser objeto de pesquisas futuras, considerando, inclusive, que atualmente há a cobrança de ingressos, que não existia na época da coleta de dados da pesquisa.

Considerando, ainda, a existência no âmbito da atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de uma Coordenadoria de Educação Ambiental, sugere-se o estabelecimento de cooperação técnica constante para o desenvolvimento, execução e avaliação do Programa Educativo e Cultural articulando as diretrizes gerais de educação ambiental com as especificidades e potencialidades peculiares do Museu Florestal Octávio Vecchi.

O papel de parcerias entre os museus e outras instituições é um aspecto abordado por Lamin-Guedes (2017) como fundamental para a capilarização da educação ambiental. Com relação às escolas, o autor destaca a importância de aproximação com os professores para que possam planejar a articulação entre os conteúdos trabalhados na escola e as visitas ao museu, de modo que estas estejam adequadas às necessidades dos alunos.

A estruturação de um programa de pesquisa também é estratégica para a qualificação das ações de educação e comunicação do Museu, bem como para contribuir com a formação contínua da equipe de educadores e para promover a avaliação permanente e aprimoramento do Programa Educativo e Cultural.

4 CONCLUSÕES

Considerando as análises das práticas educativas no papel de um museu de ciências, percebeu-se nos documentos que no Museu Florestal Octávio Vecchi sempre houve uma preocupação com o patrimônio natural, nas pesquisas envolvidas na questão florestal, em atividades com a comunidade local (Festa das Árvores, por exemplo), no reforço na identidade local e como instituição.

Analisando os trabalhos educativos desenvolvidos no museu por ocasião do

levantamento dos dados e observação de visitas (no ano de 2019), observou-se a existência, na ocasião, de comprometimento da equipe com o desenvolvimento de um programa educativo. Com relação à educação museal, ressalta-se a efetiva valorização do patrimônio material e imaterial usando recursos dentro e fora do museu. Nas duas visitas observadas foram identificadas práticas de educação ambiental nas suas macrotendências pragmática e conservacionista, enfatizando a preservação das florestas e a reciclagem.

Quanto aos aspectos teóricos e práticos a serem considerados para o desenvolvimento da educação ambiental no referido museu, destacam-se os seguintes: equipe específica para o planejamento e realização do trabalho educativo, com propostas pedagógicas direcionadas a diferentes públicos; desenvolvimento de parcerias para a formação desses profissionais; estruturação de um programa de pesquisa sobre educação ambiental e museal; parceria do museu com a Coordenadoria de Educação Ambiental e com a Gestão do PEAL; exploração do ambiente do museu com recursos sensoriais e atividades artísticas; abordagem contextualizada e crítica do papel socioambiental do Museu; propostas pedagógicas com metodologias ativas, ludicidade e de uma postura investigativa; estratégias para envolver professores em todo o processo de planejamento, realização e avaliação das visitas ao Museu; e atendimento aos princípios de acessibilidade universal.

Cumprir mencionar que há limitações da pesquisa no sentido de que as fontes primárias analisadas são relatórios institucionais do museu, os quais não têm como foco prioritário as ações educativas, de modo que podem ter ocorrido ações, ao longo da história, que não tenham sido registradas, bem como outras que estejam descritas em documentos indisponíveis para consulta no momento da coleta de dados. Além disso, as observações, como todo trabalho de campo, foram limitadas, de modo que podem ser realizadas pesquisas que complementem os dados aqui apresentados e discutidos, com mais observações de visitas educativas, com diferentes públicos.

Também se sugere a realização de novas pesquisas sobre as atividades educativas no museu após a sua concessão à iniciativa privada.

AGRADECIMENTOS

A toda a equipe do Museu Florestal Octávio Vecchi pelo apoio à pesquisa, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de auxílio para realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, n. 248, 23 dez. 1996, Seção 3. p. 1.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, n. 79, 28 abr. 1999. Seção 1, p. 2.
- BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. 2009. **Diário Oficial da União**, n. 10, 15 jan. 2009. Seção 1, p. 1.
- DELICADO, A. Para que servem os museus científicos? Funções e finalidades dos espaços de musealização da ciência. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4545430>>. Acesso em: 07 jun. 2024.
- GADOTTI, M. A questão da educação formal/não-formal. **Sion: Institut Internacional des Droits de 1º Enfant**, 2005. p. 1-11.
- GOHN, M.G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio-Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 50, p. 11-25, 2006. Disponível em: <<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/694>>. Acesso em: 07 jan. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM. Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal - PNEM e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, n. 153, 13 ago. 2021, Seção: 1, p. 91.
- LAMIN-GUEDES, V. Temática socioambiental em museus de ciências: educação ambiental e a educação científica. **Ambiente & Educação**, v. 22, n. 1, p. 77-95, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/6103>>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- LAYRARGUES, P.P.; LIMA, G.F.C. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2024.
- LIMA, G. F. C.; TORRES, M. B. R.; REBOUÇAS, J.P.P. A educação ambiental crítica brasileira frente às crises contemporâneas: desafios e potencialidades. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 5, p. 117-131, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13965>>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- LONKHUIJZEN, D.M.V.; VARGAS, I.A.; ZANON, A.M.; WIZIACK, S.R.C. Educação Ambiental e museus: janelas epistemológicas do passado, presente e futuro. **Interações**, v. 23, n. 3, p. 617-634, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/RRH9BXCz3PjQz8FH9q6bZD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 jan. 2024.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARANDINO, M. Educação em Museus de História Natural: possibilidades e desafios de um programa de pesquisa. **Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didáctica**, v.1, n. extra, p. 1-4, 2005. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/edlc/edlc_a2005nEXTRA/edlc_a2005nEXTRAp48edumus.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- MARANDINO, M.; IANELLI, I.T. Modelos de Educação em Ciências em Museus: análise da visita orientada. **Revista Ensaio**, v. 14, n. 1, p. 17-33, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epec/a/DXhB5vwtbc5p4S TKLJKbnkK/?lang=pt>>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- MEYER, G.C.; MEYER, G.C. Educação Ambiental em Museus de Ciência: diálogos, práticas e concepções. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 70-86, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/1822>>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- PALMIERI, M.L.B.; MASSABNI, V.G. As contribuições das visitas em áreas protegidas para a educação escolar. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. 1-18, 2020. Acesso em: 09 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/XNzVqjQW4sLB3PZCNPMx7Sk/?lang=pt>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

POSSAMAI, Z.; FARIA, A.C.G. Da educação em museus à educação museal: ideias, políticas e metodologias no Brasil. In: GRAEFF, L.; CONSTANTE, R.S. (Org.). **Educação para as artes, para as culturas e para o patrimônio**. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2020. p. 44-54. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217706?locale-attribute=en>>. Acesso em: 08 jan. 2024.

PRIEDOLS, E. **O Museu Florestal Octávio Vecchi**: trajetória e contribuição para a história ambiental brasileira. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em: <<https://dspace.mackenzie.br/items/ea0cc314-8071-48a8-aafe-a745eff3a63c>>. Acesso em: 03 jan. 2024.

RODRIGUEZ, I.B.; CAMPOS, M.T. La educación ambiental en el museo de historia natural: un estudio de caso sobre las acciones educativas para el público visitante. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 21, n. 3, p. 537-561, 2022. Disponível em: <http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen21/REEC_21_3_6_ex1868_629.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Plano de Manejo do Parque Estadual Alberto Löfgren**. Secretaria do Meio Ambiente. Instituto Florestal. Parque Estadual Alberto Löfgren, 2010. 712 p. Disponível em: <http://s.ambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/Plano_de_Manejo_PE_Alberto_Lofgren_.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016. Autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas em próprios estaduais que especifica e dá outras providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, v. 126, n. 120, 30 jun. 2016, Seção I, p. 1.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020. Estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, v. 130, n. 205, 16 out. 2020. Seção I, p. 1.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 65.796, de 16 de junho de 2021. Reorganiza, sob a denominação de Instituto de Pesquisas Ambientais, as unidades que especifica da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, v. 131, n. 116, 17 jun. 2021. Seção I, p. 1.

SÃO PAULO (Estado). **Anexo I - Área de concessão. Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021 para a Concessão de Uso de Bem Público da Área da Concessão, correspondente à parcela territorial contida dentro dos limites do Parque Estadual Alberto Löfgren e do Parque Estadual da Cantareira**. 2021. Disponível em <https://www.parcerias.sp.gov.br/Parcerias/Projetos/Detalhes/132>. Acesso em: 22 mar. 2024.

STUDART, D. Um panorama dos museus que trabalham com a questão ambiental no Brasil. In: CHAGAS, M.; STUART, D.; STORINO, C. (Org.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Epirógrafo Editorial: Associação Brasileira de Museologia, 2014. p. 108-120.

TOLEDO, R.F.; PELICIONI, M.C.F. A educação ambiental nos parques estaduais paulistas no âmbito das recomendações de Tbilisi. **Práxis Educativa**, v. 1, n. 2, p. 57-64, 2006. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativ/a/article/view/286>>. Acesso em: 06 jan. 2024.

UNESCO. **Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, suas Diversidades e seu papel na Sociedade**. Paris, 2015. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2017/05/RecomendacaoProtecaoMuseuseColecoes.pdf>>. Acesso em 02 de ago. 2021.

URBIA. **Quem somos – Sobre o Urbia Parques**. Disponível em: <<https://www.urbiaparques.com.br/>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

VASCONCELLOS, M.M.N. GUIMARÃES, M. Educação ambiental e educação em ciências: um esforço de aproximação em um museu de ciências – MAST. **Ambiente & Educação**, v. 11, p. 165-173, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/775>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Apêndice. Relação dos documentos localizados por período e códigos dos documentos analisados durante a pesquisa.

Appendix. List of documents located by period and codes of documents analyzed during the research.

Períodos	Descrição dos Documentos	Códigos dos documentos analisados
Década de 1920	Relatório da Agricultura de 1928 Relatório da Agricultura de 1929	
Década de 1930	Relatório de Agricultura de 1930 Resposta aos autos nº1411 sobre consulta à pesquisa sobre a exploração das árvores taníferas, desenvolvida pelo Dr. Octávio Vecchi e que posteriormente seria publicada em forma de monografia, interrompida pela morte do Dr. 1933 Dados em resumo para o Relatório anual e 1936 da Secção Técnica do S.F. Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1938 Correspondência Interna nº105 Referente à montagem de exposição da Jornada do Desperdício no pavilhão da Secretaria da Agricultura de 1938 Correspondência Interna de 22 de março de 1938 - Referente ao expediente dos funcionários da Secção Técnica Referente ao cumprimento dos regimentos internos do Serviço Florestal. – 1938	R1938
	Justificativa de aquisição de um aparelho cinematográfico e de um projetor para a Secção Técnica. 1939 Aviso do chefe da Seção Técnica ao zelador do Museu Florestal sobre a distribuição dos trabalhos no mesmo. 1939 Referente à lista de materiais organizados para o Pavilhão do Brasil, na Feira Mundial de New York. 1939 Correspondência Interna de 23 de outubro de 1939 - Ordem de obediência ao horário do Museu por parte dos funcionários Correspondência Interna nº147 (com anexo), 1939 - Referente à alteração de horário Correspondência Interna nº149, 1939 - Designação de função ao funcionário do Museu Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1939	R1939
	Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1940 Referente ao envio de relatório de atividades da Secção Técnica. 1941 Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1944 Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1945 Correspondência Interna nº88/46 (Cópia compilada em formato de apostila), 1946 - Solicitação, do Dr. Mansueto Koscinski, (encarregado do Museu Florestal), de explicações sobre as atribuições dos funcionários do Museu Florestal Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1946	R1940 R1941 R1944 R1945 R1946

continua
to be continued

continuação – Apêndice
 continuation – Appendix

Períodos	Descrição dos Documentos	Códigos dos documentos analisados
Década de 1940	<p>Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1947</p> <p>Lista de Funcionários do Museu – 1948</p> <p>Circular sobre o Novo Horário para o Museu Florestal de Maio de 1948 (Cópia compilada em formato de apostila). Organiza o horário previsto para visitas do Museu Florestal, apontando a função de cada funcionário</p> <p>Circular sobre o Novo Horário para o Museu Florestal de Maio de 1948 (Cópia compilada em formato de apostila)</p> <p>Koscinski busca argumentar em favor da criação de uma seção específica para o Museu dentro do organograma do Serviço Florestal. 1948</p> <p>Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1949</p> <p>Carta com explicações sobre as atribuições do Museu Florestal e sua funcionalidade. 1949</p> <p>Guia Pelo Museu Florestal "Octávio Vecchi" escrito à mão / com cópia impressa (data atribuída 1949) e versão em inglês</p> <p>Lista de Funcionários do Museu – 1949</p>	R1947
Década de 1950	<p>Relatório bimestral de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1950 – janeiro e fevereiro</p> <p>Envio de relato das visitas extraordinárias com projeções cinematográficas do Museu. 1950</p> <p>Relatório Quadrimensal do Museu Florestal "Octávio Vecchi" de Janeiro à abril de 1951</p> <p>Relatório Sintético do Museu Florestal "Octávio Vecchi" 1951</p> <p>Ofício de 25 de julho de 1952 - Referente à mudança de escala dos funcionários</p> <p>Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1953</p> <p>Guia do Museu Florestal e Índice das Espécies de Árvores – 1954</p> <p>Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1954</p> <p>Relatório das Atividades do Museu Florestal (Agosto de 1953 a Agosto de 1954)</p> <p>Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1955</p> <p>Carta de Dom Bento Pickel ao Bispo Titular de Aricanda sobre a necessidade de criar uma mentalidade florestal, em defesa do reflorestamento de São Paulo. 1955</p> <p>Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1956</p> <p>O Museu Florestal "Octávio Vecchi" de São Paulo e as Atividades do seu pessoal técnico - Texto explicativo sobre as atividades realizadas no Museu Florestal, com resumo anexo. 1956</p> <p>Notícias sobre o Museu Florestal "Octávio Vecchi", de São Paulo de 1956</p> <p>Referente ao envio de relatório quadrimensal do STA (Serviços Técnicos Auxiliares). 1956</p> <p>Referente ao envio de atividades programadas para o ano de 1957. 1956</p>	<p>R1953</p> <p>R1954</p> <p>R1955</p> <p>R1956</p>

continua
to be continued

continuação – Apêndice
 continuation – Appendix

Períodos	Descrição dos Documentos	Códigos dos documentos analisados
Década de 1950 (cont.)	Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1957 Referente ao envio de relatório quadrimensal do STA (Serviços Técnicos Auxiliares). 1957 Referente ao envio do Relatório anual de 1956 do Museu Florestal. 1957 Referente ao envio do Relatório quadrimensal de 1957 do Museu Florestal. 1957 Referente à abertura da Secção de Propaganda do Museu e sobre o envio de sortimentos de papéis. 1958 Referente ao envio de relatório quadrimensal do STA (Serviços Técnicos Auxiliares). 1958 Referente às conversas do Museu Florestal com I.P.T. 1959 Resposta aos requisitos do papel nº7565 sobre o Museu Florestal Octávio Vecchi e o II Congresso Nacional de Museus. 1959	R1957
Década de 1960	Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1960 Sugestão de organização de um serviço permanente de produção de filmes pelo Museu Florestal. 1960 Comunica informações sobre as pertinências do Museu Florestal – 1960 Relatório anual de atividades da Seção Técnica do Museu Florestal de 1961 Resumo do Relatório anual do Museu Florestal de 1962	R1960 R1961 R1962
	Convocação dos funcionários do Serviço Florestal para comparecerem no Dia de Árvore (com cópia), 1963 Resumo do Relatório anual do Museu Florestal de 1963 Resumo do Relatório anual do Museu Florestal de 1964 Resumo do Relatório anual do Museu Florestal de 1965 Resumo do Relatório anual do Museu Florestal de 1966 Transferência de materiais do Setor de Entomologia Florestal para o Museu Florestal "Dr. Octávio Vecchi", 1966 Resumo do Relatório anual do Museu Florestal de 1967 Resumo do Relatório anual do Museu Florestal de 1968	R1963 R1964 R1965 R1966 R1967 R1968
Década de 1990	Relatório do Museu Florestal - 1990 Relatório do ano de 1991 do Museu Florestal Relatório da Seção do Museu Florestal "Octávio Vecchi" - Janeiro a Setembro/93 Relatório da Seção do Museu Florestal "Octávio Vecchi" - Maio/93 Relatório da Seção do Museu Florestal "Octávio Vecchi" - Setembro/93 Relatório de cargo/função dos funcionários do Museu – 1995	R1990 R1991 R1995
Década de 2010	Relatório do ano de 2019 do Museu Florestal	R2019